



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 177/XIII/4.ª SL

Aos 17 dias do mês de outubro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

Audição do Sindicato dos Estivadores Conferentes e Tráfego dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos e Leça da Palmeira), na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE:

Aristides Marques Peixoto (Presidente do SECTPDL);

Américo Manuel Dias Vieira da Silva (Vice-Presidente do SECTPDL);

Carlos Ferreira Rodrigues Crista (Presidente da Mesa da Assembleia Geral do SECTPDL);

Duarte Laranjeira (Consultor Jurídico do SECTPDL);

II Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 173, de 26 de setembro;

2. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:- Projeto de Lei n.º 1013/XIII/4.ª (PAN) - Procede à alteração do artigo 41.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, reforçando os trâmites de cooperação das entidades empregadoras com os trabalhadores vítimas de violência doméstica (Conexão à 1.ª Comissão);Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PSD;- Proposta de Lei n.º 155/XIII/4.ª (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019 Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PS, e- Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2019Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do BE.

3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 830/XIII/3.ª (PS, PSD, BE, CDS-PP; PCP, PEV e PAN) - Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Deputada autora do parecer: Rita Rato (PCP);

4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 873/XIII/3.ª (PS) - Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar e o Projeto de Lei n.º 913/XIII/3.ª (PSD) - Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar. Deputado autor do parecer: Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP);

5. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 860/XIII/3.ª (CDS-PP) - Cria o Programa Extraordinário de Ingresso de Pessoas com deficiência na Administração Pública (PEIPDAP) e do Projeto de Lei n.º 861/XIII/3.ª (BE) - Estabelece obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com a diversidade funcional;

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1780/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias para obrigar a Ryanair e as suas agências de recrutamento, Crewlink e Workforce Internacional, a aplicar a legislação portuguesa às relações laborais com os seus trabalhadores (Conexão com a 6.ª Comissão);



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 177/XIII/4.^a SL

7. Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 1791/XIII/3.^a (BE) e 1799/XIII/3.^a (PCP) - Recomenda ao Governo que garanta que as habilitações literárias não são fator de exclusão da regularização de vínculos;
8. Apreciação e votação do Relatório de Atividades da 3.^a Sessão Legislativa;
9. Apreciação de propostas para o Plano de Atividades da 4.^a Sessão Legislativa;
10. Ponto da situação das petições pendentes na Comissão de Trabalho;
11. Calendarização da discussão e votação na especialidade das iniciativas legislativas em apreciação no Grupo de Trabalho da Parentalidade;
12. Outros assuntos.

I Parte

Audição do Sindicato dos Estivadores Conferentes e Tráfego dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos e Leça da Palmeira), na sequência de requerimento apresentado pelo GP do BE:

Aristides Marques Peixoto (Presidente do SECTPDL);

Américo Manuel Dias Vieira da Silva (Vice-Presidente do SECTPDL);

Carlos Ferreira Rodrigues Crista (Presidente da Mesa da Assembleia Geral do SECTPDL);

Duarte Laranjeira (Consultor Jurídico do SECTPDL);

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Feliciano Barreiras Duarte (PSD), começou por cumprimentar e dar as boas vindas aos representantes do Sindicato dos Estivadores Conferentes e Tráfego dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos e Leça da Palmeira), na pessoa do respetivo Presidente, Aristides Peixoto, enquadrando a sua vinda à Comissão no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE face à gravidade dos factos descritos na reunião entre (o) Sindicato (dos Estivadores e da Actividade Logística (SEAL)) e a Comissão Parlamentar, no passado dia 17 de setembro”, descrevendo a metodologia adotada para aquela audição e dando a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) para apresentação do referido requerimento.

Usou de seguida da palavra o Senhor Presidente do Sindicato, Aristides Peixoto, que respondeu ao Senhor Deputado requerente.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Clara Marques Mendes (PSD), Wanda Guimarães (PS) e José Moura



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 177/XIII/4.^a SL

Soeiro (BE), tendo o Senhor Presidente do Sindicato, Aristides Peixoto, respondido no final e em conjunto às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Logo após a audição, deu-se continuidade à reunião, de acordo com os termos constantes da respetiva ordem de trabalhos:

II Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 173, de 26 de setembro;

A ata em apreço foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

2. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

- **Projeto de Lei n.º 1013/XIII/4.^a (PAN) - Procede à alteração do artigo 41.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, reforçando os trâmites de cooperação das entidades empregadoras com os trabalhadores vítimas de violência doméstica (Conexão à 1.^a Comissão);**

Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PSD;

Foi deliberado solicitar a redistribuição desta iniciativa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a Comissão competente de acordo com o Documento relativo às competências das comissões parlamentares permanentes da XIII Legislatura.

- **Proposta de Lei n.º 155/XIII/4.^a (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019**
Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do PS,

Atendendo à deliberação que antecede, a presente iniciativa foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PSD, que designou para o efeito a Senhora Deputada Joana Barata Lopes.

- **Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2019**
Deputado autor do Parecer: Grupo Parlamentar do BE.

Atendendo à deliberação que antecede, a presente iniciativa foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PS, que indicou como autor do parecer o Senhor Deputado Ricardo Bexiga.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 177/XIII/4.ª SL

3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 830/XIII/3.ª (PS, PSD, BE, CDS-PP; PCP, PEV e PAN) - Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
Deputada autora do parecer: Rita Rato (PCP);

A Senhora Deputada Rita Rato (PCP) apresentou de forma sucinta o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 830/XIII/3.ª (PS, PSD, BE, CDS-PP; PCP, PEV e PAN), descrevendo o objeto, motivação e conteúdo da iniciativa, apreciando a conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais e o cumprimento da lei formulário, dando conta da inexistência de iniciativas legislativas e de petições sobre a mesma matéria, e sugerindo a audição do Conselho de Administração da Assembleia da República, sem prejuízo de outras entidades que possam vir a ser propostas. No final, concluiu pelo cumprimento de todos os requisitos necessários à sua tramitação em Plenário, sendo saudada pelo Senhor Presidente e pela Senhora Deputada Sofia Araújo (PS), pelo trabalho efetuado. Interveio então a Senhora Deputada Isabel Pires (BE), informando das propostas de alteração que haviam sido encaminhadas pelo Senhor Deputado Jorge Falcato Simões (BE) naquele mesmo dia para a Comissão, e que diziam respeito à composição e ao funcionamento do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD), solicitando que as mesmas fossem tidas em conta em sede de especialidade. A este respeito, a Senhora Deputada Maria da Luz Rosinha (PS) referiu que o seu Grupo Parlamentar acompanhava com muita atenção esta matéria, tendo inclusive formulado uma proposta de acompanhamento mais próximo. Deste modo, subscreviam as modificações por ora propugnadas, reiterando que as mesmas deveriam ser absorvidas em sede de especialidade, o que foi secundado pela Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD), que manifestou a concordância do seu Grupo Parlamentar, saudando o relevo desta matéria, bem como o consenso alcançado.

Submetido a votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

4. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 873/XIII/3.ª (PS) - Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar e o Projeto de Lei n.º 913/XIII/3.ª (PSD) - Altera o Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que aprova o Regime de Execução do Acolhimento Familiar.
Deputado autor do parecer: Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP);



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 177/XIII/4.ª SL

No quarto ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente deu conta que o Senhor Deputado relator o informara que não poderia estar presente na reunião, por motivos de saúde, perguntando se os Senhores Deputados concordavam com a votação do parecer, ainda que sem a respetiva apresentação. Face à anuência geral, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se precisamente a ausência do CDS-PP, e não sem que antes a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) desse conta de um lapso na redação da nota técnica e no parecer, que foi prontamente corrigido.

5. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 860/XIII/3.ª (CDS-PP) - Cria o Programa Extraordinário de Ingresso de Pessoas com deficiência na Administração Pública (PEIPDAP) e do Projeto de Lei n.º 861/XIII/3.ª (BE) - Estabelece obrigatoriedade de contratação de 2% de trabalhadores/as com a diversidade funcional;

O Grupo Parlamentar do BE solicitou o adiamento do presente ponto para a próxima reunião ordinária, o que mereceu a concordância de todos os presentes.

6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1780/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo que tome as diligências necessárias para obrigar a Ryanair e as suas agências de recrutamento, Crewlink e Workforce Internacional, a aplicar a legislação portuguesa às relações laborais com os seus trabalhadores (Conexão com a 6.ª Comissão);

Iniciou-se então a discussão ínsita neste ponto da ordem do dia, que se desenrolou nos termos que constam da respetiva informação, para os quais se remete, e registando-se as intervenções dos Senhores e das Senhoras Deputadas Sofia Araújo (PS), Heitor de Sousa (BE), Rita Rato (PCP), Carla Barros (PSD) e Wanda Guimarães (PS).

7. Fixação da redação final dos Projetos de Resolução n.ºs 1791/XIII/3.ª (BE) e 1799/XIII/3.ª (PCP) - Recomenda ao Governo que garanta que as habilitações literárias não são fator de exclusão da regularização de vínculos;

Foi fixada por unanimidade a redação final do projeto de resolução em epígrafe, nos termos constantes da proposta apresentada, e registando-se a ausência do CDS-PP.

8. Apreciação e votação do Relatório de Atividades da 3.ª Sessão Legislativa;

Foi de igual modo aprovado por unanimidade o Relatório de Atividades da 3.ª Sessão Legislativa, registando-se a ausência do CDS-PP.

9. Apreciação de propostas para o Plano de Atividades da 4.ª Sessão Legislativa;



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 177/XIII/4.ª SL

Neste ponto, foi concedida a palavra à Senhora Deputada Rita Rato (PCP), que solicitou que fossem acrescentadas à proposta de plano apresentada as audições resultantes dos requerimentos apresentados pelo GP do PCP (Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - MTSSS, no âmbito da violação do direito à greve pela Ryanair), pelo GP do BE (no seguimento da visita de trabalho realizada pela Comissão à Região Autónoma da Madeira, em setembro de 2018), pelo GP do PCP (no âmbito do assédio sobre operária pela Corticeira Fernando Couto, S. A.) e novamente pelo GP do BE (sobre a regularização de vínculos precários na RTP).

Depois de apresentadas as alterações a aditar, foi o documento apresentado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

10. Ponto da situação das petições pendentes na Comissão de Trabalho;

A propósito deste ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente transmitiu que havia 12 (doze) petições a aguardar deliberação da Comissão sobre a sua admissibilidade, de um total de 42 (quarenta e duas) petições pendentes. Aproveitou ainda para perguntar à Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) se estaria em condições de proceder à apresentação do relatório final da [Petição n.º 113/XIII/1.ª](#) - «Pelo direito à redução do horário de trabalho, para acompanhamento de filhos até aos 3 anos de idade, em duas horas diárias, por parte de um dos progenitores», admitida a 2 de novembro de 2016, tendo a Senhora Deputada relatora comunicado de que já haviam sido ouvidas a este respeito quer a Associação Portuguesa de Mulheres Juristas quer os peticionários, mas que, dado que no Grupo de Trabalho – Parentalidade e Igualdade de Género se encontravam em apreciação matérias conexas com a da petição, fora decidido que esta poderia aguardar o desenvolvimento da atividade do Grupo de Trabalho. Ainda assim, mostrou-se disponível para apresentar o relatório, caso fosse esse o entendimento da Comissão.

Tomou então da palavra a Senhora Deputada Rita Rato (PCP), que não só reiterou a sua indisponibilidade para relatar a [Petição n.º 411/XIII/3.ª](#) – «Solicita a criação de um Estatuto do trabalhador não empregado», como defendeu que a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) poderia apresentar o relatório da sobredita petição, sem necessidade de se aguardar pelos trabalhos do GT.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 177/XIII/4.ª SL

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) advogou então que a Comissão deliberasse sobre a elaboração obrigatória de relatório para todas as petições, mesmo para as subscritas por menos de 101 cidadãos, atendendo a que esta matéria fora debatida mas não consolidada em reuniões anteriores, e alertando para as demoras verificadas na respetiva tramitação, tendo a Senhora Deputada Rita Rato (PCP) mencionado o exemplo da Petição n.º 497/XIII/3.ª - «Contra a precariedade, pelo emprego com direitos».

A Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) afirmou a este respeito que o seu Grupo Parlamentar seguiria a deliberação da maioria, não deixando porém de sublinhar que não se podia deixar de distinguir a tramitação de petições com um ou com milhares de subscritores.

Por seu turno, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) propugnou que deveria ser sempre elaborado relatório, independentemente do número de peticionários, e sem prejuízo das orientações dimanadas pela Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

Submetida a votação, a proposta de deliberação foi aprovada com os votos a favor do PSD, contra do PS, e a abstenção do BE e do PCP.

11. Calendarização da discussão e votação na especialidade das iniciativas legislativas em apreciação no Grupo de Trabalho da Parentalidade;

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), Coordenadora do Grupo de Trabalho em epígrafe, transmitiu que havia recebido da Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) uma proposta de calendarização da discussão e votação na especialidade das iniciativas em apreço neste GT, que fixava o dia 11 de dezembro como data-limite para apresentação de propostas de alteração, e a realização da votação subsequente na semana de 17 a 21 de dezembro de 2018, o que mereceu a anuência dos presentes.

12. Outros assuntos.

No último ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente divulgou junto dos Senhores Deputados as datas das reuniões desta Comissão durante o período



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 177/XIII/4.ª SL

orçamental, que teriam lugar, na generalidade, a 23 de outubro, pelas 15h, com o Ministro das Finanças (MF), e a 24 de outubro, pelas 10h, com o MTSSS; e na especialidade, a 12 de novembro, pelas 16h, com o MTSSS, e a 16 de novembro, pelas 10h, com o MF.

Por fim, a Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) questionou sobre o seguimento conferido à decisão da Comissão que apontava para o agendamento de uma reunião mensal de Mesa e Coordenadores, na última quarta-feira de cada mês, tendo o Senhor Presidente respondido que já havia sido questionado sobre esta matéria por outros Senhores Deputados, e que entendia que esta interrogação deveria ser apreciada em breve em reunião da CTSS, na presença de todos os Grupos Parlamentares.

A reunião foi encerrada às 12:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de outubro de 2018.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

Feliciano Barreiras Duarte



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 177/XIII/4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Isabel Pires
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
José Rui Cruz
Luís Soares
Maria das Mercês Borges
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Susana Lamas
Wanda Guimarães
Carlos Matias
Duarte Marques
Francisco Rocha
Heitor de Sousa
Helga Correia
José António Silva
Laura Monteiro Magalhães
Maria da Luz Rosinha
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Tavares
Filipe Anacoreta Correia
Tiago Barbosa Ribeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque